

Moradores cobram transparência em emendas do Plano Diretor de Goiânia

Audiência pública, realizada após decisão judicial, mantém questões discutidas em debates de dezembro, como necessidade de mais aprofundamento no projeto e apresentação dos mapas e o modelo de adensamento e ocupação das macrozonas rurais

04/01/2022 - 15:48



Plenário da Câmara Municipal recebeu última audiência pública do Plano Diretor de Goiânia (Foto: Diomício Gomes)

Vandré Abreu

vandre.abreu@opopular.com.br

Vereadores, entidades e populares voltaram a se reunir na manhã desta terça-feira (4) para a última audiência pública sobre a atualização do Plano Diretor de Goiânia (PDG). O encontro ocorreu após a necessidade de cumprir a decisão judicial da juíza Patrícia Carrijo, dada em dezembro, que exigia respeito ao prazo de 15 dias entre a convocação e a realização da audiência, o que não havia sido cumprido nos encontros realizados no mês passado. O debate desta manhã, no entanto, foi feito de modo semelhante ao das reuniões anteriores, até mesmo com relação

anteriores, até mesmo com relação aos pedidos de mais prazo para as discussões.

A audiência foi a que mais teve participação popular até então, tanto presencialmente na Câmara Municipal quanto pela internet, e logo no início o presidente da Comissão Mista, vereador Cabo Senna (Patriota), deixou claro se tratar da última oportunidade para a população opinar sobre o projeto. As participações tiveram como foco a criação de arranjos produtivos locais e polo econômicos, como para o setor de reciclagem e moveleiro e para o Setor Central. Os principais questionamentos, no entanto, se deram em razão da falta dos mapas anexos ao projeto que estabelecem os

anexos ao projeto que estabelecem os eixos de adensamento na cidade e a zona de expansão urbana.

A previsão é que o PDG traga a regulamentação da Outorga Onerosa de Alteração de Uso (OOAU), em que se mantém o perímetro urbano atual da cidade, mas cria, nas macrozonas rurais uma área urbanizável. Esta passaria a ser da macrozona urbana se atendessem os critérios técnicos e efetivasse o pagamento de uma taxa para a Prefeitura. A proposta é defendida, por exemplo, pelo advogado Sebastião Ferreira Leite, o Juruna, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), mas criticada pelo vereador Mauro Rubem (PT) e pela Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente (Arca).

Conservação do Ambiente (Arca).

A Arca e Mauro Rubem também criticaram o aumento das áreas adensáveis que está nos anexos apresentados pela Câmara com relação às emendas propostas em 2020, que aumentaria em até 83% o tamanho de Goiânia em que se pode construir edifícios mais altos e com mais moradores. Mauro apresentou pedido para que as discussões fossem temáticas e com mais tempo. No plenário, vereadores como Léo José (PTB) e Henrique Alves (MDB) defenderam o modelo do novo PDG e de tramitação, lembrando que o projeto está sendo preparado desde 2017. A previsão é que a Comissão Mista vote o relatório final ainda nesta semana.